

201ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2010, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. Antonio Alfredo Matthiesen, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos Conselheiros: José Roberto Bastos Fernandes, Mário Marcondes Lobo Filho, Maurício Vitor de Souza, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Ayrton Vidal Maron, Carlos Oliveira da Velha Filho, Michael Martins da Silva, Carlos Alberto Silveira Calvo, Sandro Flores Monteiro, Persio Souza de Assis, Edson Cesar Aguiar, Marco Aurélio Chapaval, Herber Soares de Freitas, Carlos Antonio Tortato, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antonio Bósio, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio de Camargo Fayet, Juarez Moraes e Silva, Claudio Fernando Daudt, Ayrton Galinari, Blásio José Munchen; **Convidados:** Celso Gonçalo Dias Junior – SETR, Comandante Pacheco – CPPR, Nilson Hanke de Camargo – FAEP - Sidney Pinto – Cotriguaçu, Elaine Hass – TCP, Ivani Suave – Alfândega da Receita Federal e os senhores Túlio Augusto Castelo Branco Leal, Victor Carvalho Pinto, Reginaldo Lopes Minaré e Renato Friedmann - Consultores do Senado Federal; **Justificativas de ausência:** Conselheiros: Hário Mirzo Tieppo Junior, Joaquim Medeiros Chianca Fernandes e João Gilberto Cominese Freire; **1 - ABERTURA DOS TRABALHOS** – O Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos. **2 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 200ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho, que depois de recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; O Cons. Fayet solicitou o registro que na reunião anterior foi de posição favorável à realização da dragagem emergencial dos berços, desde que precedida de batimetria oficial, conforme exigido pela legislação vigente. **3 – ORDEM DO DIA: 3.1. HOMOLOGAÇÃO DO REAJUSTE DOS VALORES DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ (Relatório 001/2010)** – Relator da Comissão Tarifária, Orçamentária e de Investimentos Portuários – Conselheiro Edson César Aguiar – fez a leitura e apresentação do Relatório 001/2010 da Comissão que, resumidamente e fundamentada em suas Considerações, recomenda ao Colegiado a Homologação do reajuste dos valores dos serviços prestados pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá – TCP, nos termos propostos, recomendando também ao TCP que mantenha seus preços competitivos em relação aos portos concorrentes. O Presidente submeteu a matéria à apreciação dos Conselheiros, sendo que o Colegiado aprovou à unanimidade o Relatório 001/2010 da Comissão Tarifária, Orçamentária e de Investimentos Portuários, passando à abordagem do próximo item da pauta. **3.2. APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CALENDÁRIO PARA AS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CAP PARA O EXERCÍCIO DE 2011** – Secretaria do CAP; O Presidente informou da distribuição prévia da proposta aos Conselheiros e esclareceu que, por orientação da Secretaria Especial de Portos, as reuniões de todos os Conselhos de Autoridade Portuária dos portos brasileiros deverão ser realizadas na sexta-feira, de modo a melhor compatibilizar as atividades de seus servidores com as dos Presidentes de CAP. O Cons. Michael informou de sua impossibilidade de comparecimento na hipótese da realização das reuniões nas sextas-feiras, solicitando que o Presidente ponderasse junto à SEP no sentido de manter as reuniões nas quintas-feiras. Manifestação esta que recebeu apoio de outros Conselheiros. O Presidente, finalizando a discussão, informou que a próxima Reunião Ordinária fica inicialmente agendada para o dia 21 de janeiro de 2011 (sexta-feira), mas que solicitará à SEP a manutenção das reuniões na quinta-feira e, assim que obtiver uma resposta, comunicará ao Colegiado. **4. INFORMAÇÕES GERAIS; 4.1. INFORMAÇÕES SOBRE O VOLUME DE RECURSOS NO CAIXA DA APPA, ORIGEM, DESTINAÇÃO E CONTINGENCIAMENTO (Correspondência do Conselheiro Edson César Aguiar, encaminhada em 26/11/2010)** – Representante Titular do Governo do Estado – Conselheiro Mario Marcondes Lobo Filho – informou que o caixa da APPA conta, nesta data, com aproximadamente R\$ 440 milhões e, respondendo ao questionamento do Cons. Edson, nenhuma transferência foi realizada ao Tesouro do Estado, por conta do dispositivo da Lei Orçamentária que determinava a transferência do superávit verificado em 2009. Ressalvou apenas

a transferência feita, via Tesouro do Estado, à COHAPAR, com a finalidade de cumprir Cláusula de Convênio celebrado entre a APPA e aquela empresa, para a construção de conjuntos habitacionais destinados a abrigar as famílias afetadas pela construção do Terminal Público de Líquidos da APPA. Respondendo ao questionamento do Cons. Fayet, informou que do total de recursos do caixa da APPA, o Programa PROMAR conta com aproximadamente R\$ 140 milhões; o PROSILO com R\$ 19 milhões e o PROPORT com R\$ 20 milhões. Disse que sempre tem recebido manifestações elogiosas à capitalização da Administração Portuária do Paraná, que entende propiciar hoje tanto a condição de responder pelos seus passivos e custeio como a de investir com recursos próprios, como demonstram os recursos depositados nas contas vinculadas aos Programas de Investimento, e que são importantes até para obtenção de recursos federais, uma vez que os convênios com a União normalmente exigem uma contrapartida. Registrou finalmente que está feliz por deixar a próxima Administração numa situação de conforto de caixa, que lhe permitirá enfrentar os diversos desafios que se apresentam para a próxima década;

4.2. APRESENTAÇÃO DOS PLANOS PARA EXPANSÃO, A CURTO PRAZO, DO PORTO DE PARANAGUÁ (Terminal de Passageiros/PCC, Extensão à Oeste, Extensão do Pier de Granéis Líquidos e Novo Corredor de Exportação) – Representante Titular da Administração do Porto – **Conselheiro Mario Lobo** disse que o porto de Paranaguá perdeu muitos recursos federais nos últimos anos, tanto pela postura de não aceitar alguns recursos como por não se preparar adequadamente para recebê-los. Informou que durante o encontro da ABEPH, em Paranaguá, foi votada uma Moção propondo a manutenção da SEP, proposição da APPA, porque além do apoio que a Secretaria tem dado aos portos brasileiros desde o término da Portobras, com ela se recuperou o espaço para disputa do orçamento federal. Informou que a APPA encaminhou à SEP algumas propostas de expansão e também informou da realização de procedimento abreviado para cotação de preços para a dragagem emergencial de berços. Disse que tão logo se receba a Licença de Operação, o que acredita será muito em breve, será expedida a Ordem de Serviço dando início às obras para a dragagem. Entende que com o Macro Zoneamento do Porto, as vocações da baía de Paranaguá estão definidas e, com auxílio do Eng. Ayrton Vidal Maron, fez uma breve apresentação e exposição das propostas e projetos encaminhados à SEP, quais sejam:

a) Terminal de Passageiros/PCC – salientou a importância de um Terminal para atender à crescente demanda por cruzeiros turísticos que tem se verificado no Brasil. No entanto, registrou que, assim como se planejou no porto de Fortaleza, recentemente visitado por equipe da APPA, a movimentação com cruzeiros ainda se dá apenas na temporada de verão, portanto o conceito idealizado pela equipe de engenharia da APPA de compartilhar o berço de atracação com os navios PCC, é bastante interessante desde que se mantenha a prioridade para os navios de passageiro, o que aliás existe atualmente. Registrou ainda que de alguma forma a instalação de um Terminal de Passageiro deve ser um fator importante para o desenvolvimento da região litorânea do Paraná, razão pela qual aumenta a relevância deste investimento;

b) Extensão à Oeste – o conceito, formulado recentemente pelo Departamento de Engenharia, lhe pareceu bastante interessante, uma vez que aumenta a ampliação de dois para quatro berços de atracação e ainda que, preserva de modo mais claro o acesso ao Santuário do Rocio. Manifestou seu entendimento no sentido de que a vocação do futuro Corredor de Exportação Oeste (uma vez que a vocação graneleira é inequívoca) atenderá mais as crescentes demandas de açúcar, enquanto que no Corredor Leste predominará o complexo soja;

c) Extensão do Pier de Granéis Líquidos – registrou que este é o projeto que para sua surpresa foi aquele que mais entusiasmou os técnicos da SEP, e que hoje percebe como natural este entusiasmo tendo em vista o imenso crescimento econômico do Brasil, o que resultará em um consumo muito maior de petróleo e derivados, sendo que o nosso Terminal de Inflamáveis há muito tempo não recebe ampliação, o que se faz necessário sobretudo tendo em vista os investimentos previstos para ampliação das estruturas de tancagem. Se a capacidade estática aumenta, necessariamente os berços de atracação terão que acompanhar este aumento, concluiu, e

d) Novo Corredor de Exportação – o conceito de construção de um grande "T", de há muito defendido pelo Eng. Kozo Kawata, e agora incorporado

ao Plano de Investimentos para o cais comercial, é interessante na medida que contempla a idéia também utilizada para o Cais Oeste, de berços para os quais é desnecessária retroárea, porque são berços que serão utilizados para embarque de granéis. Com isso fica preservado o cais atualmente existente no Terminal Leste, que fica acrescido dos novos berços que serão construídos justamente à frente dos atuais. Disse que respeita as opiniões contrárias, mas entende que a movimentação de grãos por Paranaguá continuará aumentando e isto já se demonstra pelo interesse de diversos grupos privados em se interligar ao Corredor de Exportação. Salientou que a APPA aposta no permanente aumento das exportações de granéis por Paranaguá. Ao concluir, disse que acredita que nos próximos anos os portos do Paraná retomarão a liderança na exportação de grãos, em função desses investimentos e das dragagens que serão realizadas proximoamente. Externou que espera que os projetos sejam realizados majoritariamente com recursos federais, até porque Paranaguá foi elencado como um dos sete portos estratégicos nacionais, face a sua importância e relevância para o país o que faz com que Paranaguá tenha um selo de prioridade na distribuição dos recursos. Para tanto, alguns projetos deverão ser feitos, o que será um grande desafio a ser enfrentado pela nova Administração; **Cons. Maria do Socorro** salientou da dificuldade de conciliar operação portuária e passageiros, em virtude do claro conflito entre as duas atuações. Os terminais para embarque de passageiros nos portos de países desenvolvidos são instalados fora das áreas de operação portuária, geralmente em espaços de porto antigo revitalizado e reurbanizado onde estão todas as instalações, composta, entre outras coisas por esteiras, cafeterias, restaurantes, etc.etc. ; **Cons. Juarez** disse que a área proposta e apresentada possibilita a questão da segurança com um receptivo bem estruturado. Entende que este compartilhamento veículo passageiro faz um uso muito equilibrado da estrutura portuária. **4.3. INFORMAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DO PROCESSO DE REVISÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO DO PORTO ORGANIZADO – PDZPO –** Representante Titular do Governo do Estado – Conselheiro **Mário Marcondes Lobo Filho** disse que um dos primeiros atos de sua administração foi a assinatura de um Termo de Compromisso com a ANTAQ que fixava prazos para cumprimento de algumas questões e o primeiro passo foi a entrega do Plano Estratégico e a partir daí resultou no Plano de Macro Zoneamento, que demorou um pouco em função de um Convênio que deverá ser firmado já nos próximos dias com a Universidade Federal do Paraná. **Cons. Michael** sobre o Plano Nacional de Logística Portuária, salientou que os Armadores participaram muito consciente e ativamente na discussão deste e lembrou que Santos, mesmo com os projetos futuros em andamento, este ano teve uma situação atípica. Por esta apresentação que se refere aos portos do Paraná, não vê outra alternativa para a operação de contêineres a não ser a expansão e, como o projeto original do Cais Oeste foi anulado com estas propostas, há a necessidade de uma segunda alternativa que seria Pontal do Sul e Antonina. **Cons. Fayet** disse que tem acompanhado o PNLN, que se gerou uma demanda para os projetos de expansão, e está sendo feito por várias entidades do Brasil, principalmente na área governamental. Recomendou que a Administração Portuária procurasse verificar o que a SEP entende como demandas futuras a partir do PNLN, que considera diferente do que se tem discutido neste CAP e sugeriu que qualquer decisão sobre planejamento fosse atrelada ao relatório do PNLN, que deverá sair em dezembro. O **Presidente** dizendo que a questão do PDZPO está relacionada com o Plano de Expansão Portuária, externou sua preocupação com relação ao estágio atual desse processo, informando que durante uma reunião na SEP com todos os Presidentes dos CAP's para avaliação dos estágios em que estavam o desenvolvimento do PDZ, foi surpreendido ao tomar conhecimento de que Paranaguá é um dos poucos portos brasileiros que ainda não apresentou nada. A SEP está prevendo a conclusão do Plano Nacional de Logística Portuária para março de 2011 e como o PDZ é uma ferramenta importantíssima para o mesmo, sua preocupação é de que se o Porto de Paranaguá não concluir o PDZ, poderá ser prejudicado se colocado de uma determinada forma que não seja a ideal, inclusive podendo prejudicar o selo de prioridade entre os portos para recursos de obras em expansão. Sobre a recomendação do **Cons. Fayet**, disse ser muito importante e colocou-se á disposição junto a SEP para um contato



mais estreito com o pessoal que está desenvolvendo a PNL; **5. EXPEDIENTE:** **5.1.** Relatório Operacional da APPA; **5.2.** Relatório de Atividades do OGMO; **5.3.** Correspondências Expedidas e Recebidas; **6. ASSUNTOS GERAIS - Cons. Edson** sobre a questão da Norma de Pré Qualificação, tendo em vista já está em comum acordo com a Comissão e com o setor responsável pela certificação dentro da APPA, sugeriu alteração na redação dos itens 7.1 - Das Disposições Transitórias, onde diz: "A APPA no prazo de 90 dias, a partir da aprovação dessa Norma ao CAP, deverá recadastrar todas as empresas detentoras dos certificados emitidos até aquela data.) e no item 5.2 - Da Pré Qualificação "a solicitação será analisada no prazo máximo de 30 dias conforme previsto em Lei, em havendo necessidade de juntar documentos se não cumprir poderá gerar a caducidade do pedido". Por entender tratar-se de duas questões ambíguas e que dificultará o trabalho a ser desenvolvido pela APPA, sugeriu alteração para: "**A APPA, a partir da aprovação dessa Norma pelo CAP, deverá recadastrar todas as empresas detentoras dos certificados emitidos até essa data, quando do vencimento da manutenção ou renovação do Certificado de Pré-Qualificação**". O Presidente submeteu à apreciação do Colegiado as alterações na redação das Normas de Pré Qualificação, propostas pelo Cons. Edson, o que foi aprovado por todos. Consultou também ao Colegiado sobre correspondência recebida da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio referente a indicação de novos Conselheiros ou recondução dos Conselheiros Bosio e Sandro para novo mandato, sendo aprovada a recondução dos Conselheiros. Cons. Fayet solicitou da APPA informações sobre quais medidas estão sendo tomadas para responsabilizar as pessoas físicas que geraram os problemas pelos quais a APPA foi multada. Manifestou sua preocupação com relação ao aviso de Concorrência para Estudos que se referem a projetos fora da área do porto, por acreditar que isso possa ser objeto de contestação. Cons. Mario despedindo-se do Conselho, enalteceu a importância do mesmo e agradeceu o apoio recebido de toda a comunidade. Falou do orgulho de participar do mesmo como representante do Estado do Paraná, por ser um fórum importantíssimo para o debate e o encontro de soluções. Com a cooperação de todos, que pela sua intensidade de certa forma foi surpreendente, acredita que cumpriu todos os seus compromissos, embora alguns projetos ainda estejam em andamento, mas que certamente serão cumpridos pela nova administração. O Presidente desejou a todos um Feliz Natal e Próspero Ano Novo e parabenizou o Cons. Mario pela sua gestão junto a APPA que embora curta, foi marcante pelo seu empenho, dinamismo e inteligência na condução dos problemas que surgiram no decorrer da mesma, desejando sucesso em sua carreira profissional. Felicitou o Cons. Maron pela sua indicação a Superintendência da APPA, dizendo que por ser um funcionário da casa certamente dará continuidade aos trabalhos iniciados. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos encerrou a 201ª. Reunião Ordinária, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

Conselheiros:

Antonio Alfredo Matthiesen 

José Roberto Bastos Fernandes

Mário Marcondes Lobo Filho

Maurício Vitor de Souza

José Baka Filho

Ivany Marés da Costa 

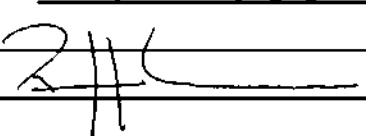
Airton Vidal Maron 

Carlos de Oliveira da Velha Filho 

Michael Martins da Silva 

Carlos Alberto Silveira Calvo

Sandro Flores Monteiro

Pérsio Souza de Assis 

Edson Cesar Aguiar

Marco Aurélio Chapaval

Herber Soares de Freitas 

Antonio Carlos Tortato 

Maria do Socorro de Oliveira 

Zulfiro Antonio Bosio

Ismael Alves Pires Neto

Luiz Antonio de Camargo Fayet 

Airton Galinari

Juarez Moraes e Silva 

Blásio José Munchen

Cláudio Fernando Daudt 

Convidados:

Celso Gonçalo Dias Junior - SETR

Comandante Pacheco - CPPR

Nilson Hanke de Camargo - FAEP

Sidney Pinto - Cotriguaçu

Elaine Haas - Gerente Comercial do TCP

Ivani Suave - Alfândega da Receita Federal

- Consultores do Senado
- Túlio Augusto Castelo Branco Leal
 - Victor Carvalho Pinto
 - Reginaldo Lopes Minaré
 - Renato Friedmann